

SEM COCAR NEM PENACHOS

Índia luta contra preconceito

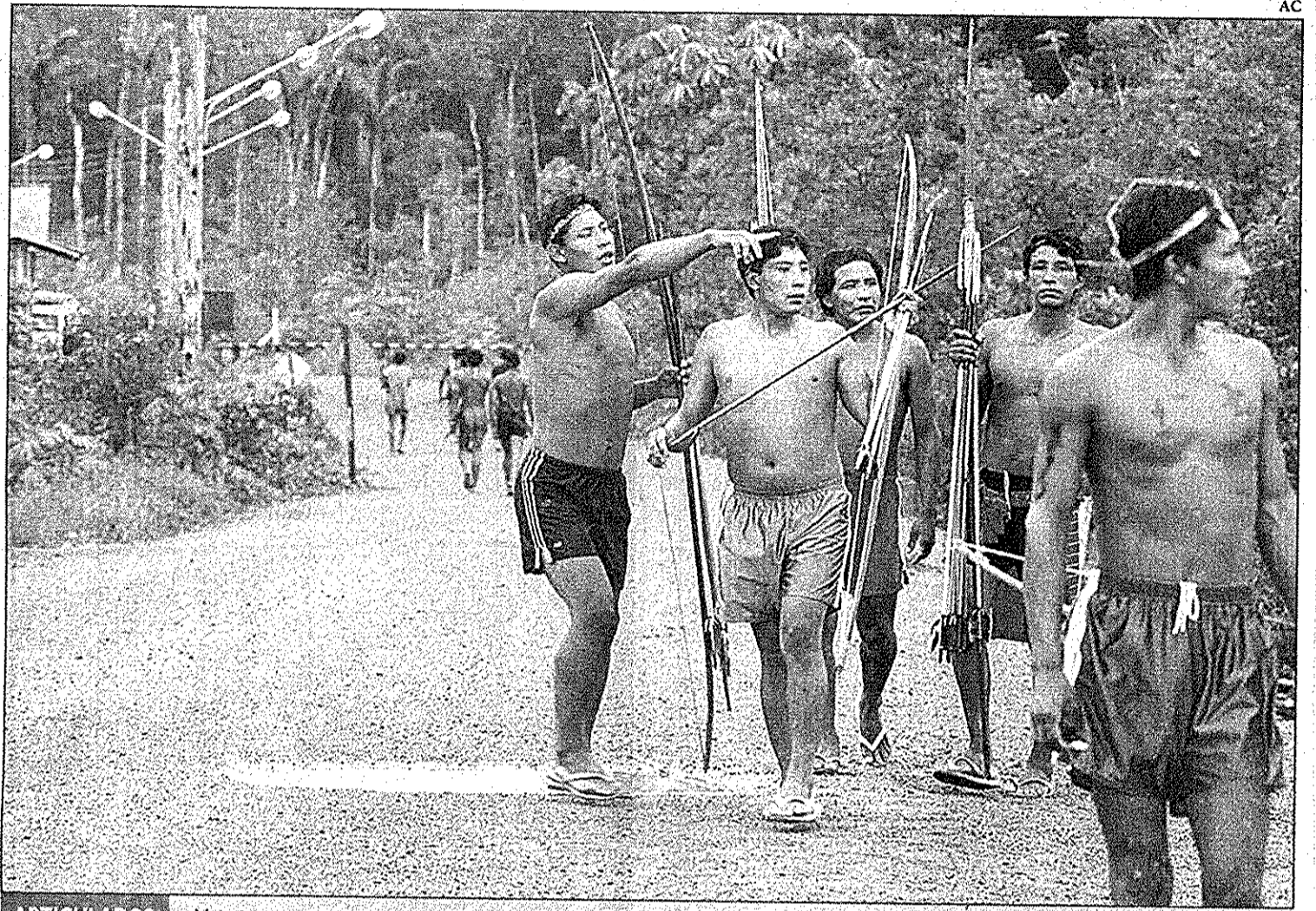
SOCIÓLOGA QUE ABRIU PROCESSO CONTRA O PRESIDENTE DA FUNAI PARTICIPARÁ DE CONFERÊNCIA MUNDIAL FALANDO DE RACISMO E PRECONCEITO

WILSA FREIRE

Calça jeans, camiseta básica, telefone celular a postos e articulação política afiadíssima. Quem olha de longe a socióloga Azelene Krig, 36, talvez não imagine que ela seja uma das principais articuladoras dos direitos indígenas brasileiros. Ela, no entanto, faz questão de dizer que para defender a causa dos índios não precisa mesmo estar de cocar e outros penachos, como defendem alguns.

"Há pessoas que olham para mim e dizem que não pareço índia. Mas a questão não é essa. Não são os brancos que têm de reconhecer que sou índia, e sim os nossos povos. Eles é que têm de reconhecer a nossa capacidade de interlocução. Não tenho que provar nada, tenho apenas que ser índia", resume, deixando de lado aquele velho (pre)conceito de que índio fora da aldeia não é mais índio. Azelene será a primeira representante dos índios na 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que será realizada na África do Sul, em setembro próximo.

Da etnia kaingang, do Sul do País, Azelene também vai participar em Genebra (Suíça), do próximo dia 21 a 1º de junho, de uma pré-conferência preparatória para a conferência mundial. Na vida da socióloga, formada pela Pontifícia



ARTICULADOS Uaimiris-atroaris atingiram um estágio de independência que até negociam direitos com mineradoras

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), não faltam histórias de preconceitos e desrespeito aos direitos indígenas. Não é à toa que ela está processando nada menos que o presidente da Fundação Nacional dos Índios (Funai), Glenio da Costa Alvarez, por discriminação racial (ver matéria).

Esta semana, Azelene veio a Manaus com uma comissão de técnicos índios para discutir os rumos da nova legislação indígena, em

evento organizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Ela mostrou por que os índios não precisam mais que o Estado sirva de interlocutor dos povos indígenas. E cita o exemplo dos uaimiris-atroaris, que sabem exigir seus direitos em suas terras.

VESTIBULAR

A participação do Brasil na conferência mundial, de acordo com

Azelene, deve atender às demandas principalmente dos negros e índios, mas também de outras minorias, no que eles passaram a chamar de intolerâncias correlatas, como os homossexuais, deficientes e outros.

Para Azelene, os negros estão em um outro nível de articulação. "Eles procuram inserção nesta sociedade; nós queremos melhorar a qualidade de vida dentro dos nossos povos", explica. Para mediar

essas novas questões, como o racismo e o preconceito, a socióloga diz que será reivindicado, por exemplo, acesso diferenciado a instituições como as universidades. "Não se trata de cotas para os índios ou para os negros, mas talvez um vestibular específico", sugere. "As pessoas podem pensar que são coisas bobas no varejo, mas que se forem olhadas atentamente são importantes no que diz respeito à igualdade de espaços", defende.

Tutela deixou de ser necessária

Um dos maiores preconceitos contra os índios, de acordo com Azelene Kaingang, está na maneira como o Estado brasileiro define o seu papel com relação aos povos indígenas. "Esta é uma forma equivocada porque se dá em nome de uma proteção ou tutela que, de acordo com o Código Civil, entende que somos incapazes. Ou seja, não somos responsáveis pelos atos que praticamos", critica Azelene.

Este pensamento foi se desvirtuando ainda mais com o passar dos anos e teria se transformado em "substituição de vontades". "Quem fala pelos índios não são os índios, mas a Funai. Os índios eram sempre vistos como menores, o que era um erro grave, já que também somos cidadãos plenos e

capazes", argumenta, dizendo que a Funai é "a discriminação institucionalizada".

O processo que Azelene move contra o presidente da Funai seria uma das demonstrações de preconceito racial. Ela, que é funcionária do órgão federal, foi uma das organizadoras de um evento que discutiu em Brasília as questões sobre racismo e preconceito. Na mesa estavam representantes de várias minorias. O presidente da Funai estava representando os índios. Um dos participantes do evento foi ao microfone e questionou o fato de os índios estarem sendo representados por um não índio, no caso o presidente do órgão. "O presidente achou que eu deveria ter impedido aquele índio de falar. Disse que ele 'pegou pesado' com o presidente

'SOMOS RESPONSÁVEIS'



Fotos: Alberto César Araújo

PROPOSTA Azelene quer que os índios falem por eles mesmos, sem intermediação oficial

e que não fiz nada. A partir daí, passou a me perseguir no órgão", conta Azelene, que entrou com processo no Ministério Público Federal.

Nas discussões sobre a nova legislação indígena, os índios defenderam a obrigação constitucional de o Estado protegê-los não porque são incapazes,

como entendiam no passado, mas porque são diferentes. "Jamais vamos deixar de ser diferentes, mas somos cidadãos plenamente capazes."

Curso é estratégia



ATIVA Azelene participa de encontros em Manaus

A participação de uma antropóloga em uma disputa entre povos indígenas foi um dos motivos que levou a hoje socióloga Azelene Kaingang a entrar para uma universidade.

Azelene conta que cursar o nível superior é, na realidade, uma estratégia política dos povos indígenas. "Passamos a perceber que os não índios nos defendiam, mas não nem sempre era de maneira correta e ética", explica a socióloga.

Aos 16 anos, ao ver um conflito por arrendamento de terras índie-

nas no qual morreram sete índios, Azelene se deu conta pela Sociologia. Na realidade, ela percebeu que os índios estavam sendo manipulados, o que estava fazendo com que os povos se divissem. Quem fez as pazes entre os índios, segundo ela, foi uma antropóloga não índia.

"Ela chamou a minha atenção e também a do meu pai", recorda-se Azelene. Ela também participou de uma reunião com a me-

mbre, com a presença de um antropólogo assistente de ministério. Ela

DISCUSSÃO ENTRE ETNIAS

Propostas para uma revisão rigorosa da legislação indígena

Na semana passada, Azelene Kaingang acompanhou um grupo de técnicos, entre eles Paulo Pancararu, de Pernambuco; Vilma Guarany, do Pará; Sonpre Xerante, de Tocantins; e Samuel Carajá, do Mato Grosso. Eles discutiram a nova legislação indígena, apresentando novas propostas de revisão.

Uma das discussões mais polêmicas do encontro foi a reafirmação da nomenclatura de povos indígenas. A proposta é que a revisão regulamente a Constituição de 1988. O Governo brasileiro, parlamentares e outros segmentos da sociedade também acham que a definição de povos indígenas em termos de soberania nacional, mas não os levou em conta o que diz o direito internacional. É preciso

deixar claro que não queremos ser Estados independentes. Nossos territórios são bens da União", ressalta, dizendo que o problema maior está muito mais na internacionalização da Amazônia.

Outro assunto discutido durante a reunião foi a exploração das terras indígenas. Azelene conta que não se pode ser contra a exploração, mas que é preciso ser regulamentada. "É preciso proteger ao máximo o meio ambiente e se dar garantias aos povos indígenas", defende. Para ela, os índios deveriam ser incentivados, a exemplo do que acontece com os uaimiris-atroaris, que conseguiram um reconhecimento da Associação

de Povos Indígenas do Brasil (APIB) de envolvido.

Encontro vai ter debates sobre saúde nas tribos

A saúde indígena voltará a ser tema de discussões a partir desta segunda-feira até o próximo dia 11, no primeiro encontro regional de usuários do subsistema de saúde indígena no Norte do Brasil. Trata-se do "Encontro Macro-Regional/Norte" que servirá como preparação para a 3ª Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, de 14 a 18 de maio, em Luziânia, GO.

Estima-se a participação de mais de 160 delegados indígenas de 24 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, de um total de 34 no País, localizados nos Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Tocantins.

O encontro é patrocinado e coordenado pela Organização Não-Governamental (ONG) Médicos Sem Fronteiras (MSF), em colaboração com a Coiab, Universidade do Amazonas e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).